

Redesenhar os mapas do encontro: trabalho de cuidado com os migrantes

Rosanna Cima*

Quando apontar o dedo indicador para uma pessoa, olhe sua mão e lembre-se que três estão apontados para você. (Ditado Wolof, Senegal)

Resumo

O artigo retoma um percurso de pesquisa, que envolveu vários grupos de profissionais e que começou há mais de 10 anos no Norte da Itália, com o objetivo de criar novos dispositivos no trabalho em âmbito social e psicopedagógico com os migrantes. Graças à reflexão, à escuta da experiência, à formação contínua e à re-elaboração durante o processo com quem cotidianamente está comprometido, foi possível reconhecer o olhar com que se observam os outros e as outras que vêm de longe e compreender que as *formas* das dificuldades que as famílias, as mulheres e os homens que vêm de longe apresentam refletem inevitavelmente a maneira de vê-los; os sistemas de análise e de atribuição de sentido e significado das instituições do país de imigração e dos seus profissionais. Cada profissional, normalmente, acredita ser preparado para acolher o outro, e, talvez por isso, o choque cultural tem sempre a característica do imprevisível e de algo que se parece a um *embate*. Na frente do incognoscível do outro, realiza-se como que um curto-circuito, uma espécie de desnorreamento. Mas a desorientação pode ser um terreno fértil se promover a necessidade e o desejo de parar, voltar a ouvir, voltar a olhar os próprios passos, retomar os próprios confins e as nossas interrogações. Palavras-chave: Modelos de relação. Pensamento da experiência. Encontro. Línguas. Mediação.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos na Itália, um dos aspectos que trouxe rápidas mudanças no âmbito das instituições que se ocupam de educação, cura e saúde foram as migrações, primeiramente masculinas ou femininas, dependendo das procedências, e, depois, de núcleos familiares inteiros (BALSAMO, 2003). A esse propósito, há mais de 10 anos atrás no Norte da Itália, foi iniciada uma pesquisa orientada para criar novos dispositivos no trabalho em âmbito social e psicopedagógico (CIMA, 2005). Esta pesquisa, que envolveu vários grupos, permitiu identificar as *posições práticas e teóricas* assumidas por assistentes sociais, educadoras, professoras e pelas instituições – especialmente escolas, serviços sociais e sanitários – com pessoas migrantes. Graças à reflexão, à escuta da experiência, à formação contínua e à

* Pesquisadora na Universidade de Verona, Itália; rosanna.cima@univr.it

reelaboração durante o processo com quem cotidianamente está comprometido, conseguimos reconhecer o olhar com que observamos os outros e as outras que vêm de longe, compreender melhor o que é preciso mudar do nosso trabalho e chegar a possíveis pontos de vista sobre o trabalho educativo, social e clínico com as pessoas e as famílias migrantes.

2 RECOLOCAR AS PERGUNTAS

A primeira etapa foi perceber que as *formas* das dificuldades, que as famílias, as mulheres e os homens que vêm de longe apresentam refletem inevitavelmente nossa maneira de vê-los e de traçar seus contornos. Identificar dificuldades, desordens, relações patológicas e apreensões não alcançadas e inseri-las no nosso contexto de análise e de atribuição de sentido e significado conduz ao nosso caminho, à nossa direção, às respostas, aos diagnósticos e às intervenções sociais e educativas estabelecidos no interior da nossa formação e experiência. Logo, compreendemos que nossos “óculos filtrantes” – para usar uma expressão de Danilo Dolci – indicam somente uma forma do problema. Ela, muitas vezes, não nos conduz a um lugar diferente daquele que já conhecemos e não atende ao que realmente acontece na família migrante e nos filhos. As intervenções indicadas pelos nossos saberes e práticas profissionais não pareciam suficientes, mas não por causa de um déficit da disciplina, da metodologia específica adotada ou da incompetência da educadora: a questão não é questionar a Psicologia, a Pedagogia, a Medicina, o trabalho social, etc, mas achar para essas disciplinas um lugar diferente daquele geralmente assumido no trabalho com o migrante. Assim, começamos a transformar as perguntas invertendo os polos, a parte em questão sendo «nós» e não «eles». Transgredimos. Transgredir significa ir além das regras, ultrapassar os limites impostos por uma norma, uma lei ou uma relação de dependência. Quero sublinhar, sobretudo, esse último aspecto de dependência: muitas vezes, especialmente quando o *objeto* do nosso cuidado é um outro diferente de nós por língua e cultura, a dependência dos sistemas profissionais nos oferece segurança e, talvez por medo de perder a posição ou a palavra, ficamos ancorados a estes sistemas. E o resultado, ao final, é um pensamento entorpecido, que impede o movimento até posições deslocadas que permitem ver *outras coisas*. Em geologia, transgredir é o movimento do mar que avança devagar rumo a terra e dessa rumo ao mar. Em certo sentido, mar e terra ganham este movimento, que indica um avanço (MORIN, 1989). No trabalho com os migrantes, transgredir permitiu reformular as perguntas e as ações. O que significa ensinar e avaliar na escola quando a língua materna de muitos alunos e alunas tem uma estrutura que os professores não conhecem? O que significa mediar os conflitos de um casal que quer se separar no país estrangeiro onde vive, onde se aplicam procedimentos de regulação dos conflitos diferentes daqueles que eles conhecem? O que significa se ocupar de um homem que abusa de álcool, quando no seu país de origem essa substância tem funções

sociais precisas e diferentes das nossas? Como acompanhar no percurso de crescimento um adolescente que apresenta dificuldades de interação com coetâneos e adultos, quando os seus pais perderam a autoridade e o papel de guia com ele e se apoiam nele porque ele tem mais habilidade no idioma do país em que residem? Como ajudar os filhos adolescentes de quem viveu a viagem migratória e apresenta problemas mentais cuja origem se compreende à luz de saberes diferentes das nossas categorias ocidentais e dos nossos manuais de diagnóstico? Reformular as perguntas é um ganho parecido ao movimento do mar e da terra, é um ganho que ocorre, perdendo e avançando. A partir da reflexão sobre nós e o nosso trabalho, foram evidenciadas posições, talvez antigas, mas com certeza nossas, que assumimos quando estamos em contato com quem é *outro de nós*.

3 TRÊS MODELOS DE RELAÇÃO

Observando, nesses anos, as ações das instituições e dos seus profissionais, foi possível identificar algumas trajetórias. As posições que emergiram expressam a maneira de ver o trabalho e os usuários: elas permitem reconstruir uma forma de relação que nem sempre reflete uma imagem tranquilizante dos profissionais. Mas pensamos que esconder os obstáculos, os pontos críticos e o que faz parar não ajuda a estar dentro da experiência e aprender com ela (MORTARI, 2003). Voltar o olhar sobre «nós» que operamos nos serviços possibilitou sublinharmos os confins dos nossos saberes profissionais e aprender a abrigá-los, abrindo, paradoxalmente, o ponto de vista e permitindo ver melhor algumas posições na interação com o outro que veio de longe.

3.1 O RISCO DE FAZER “COLONIALISMO”

Seguindo a atração para o fascinante ou para o que surpreende porque nunca se viu ou se ouviu, somos levados a acentuar a curiosidade para o diferente: a buscar informações sobre ele, a indagar rituais secretos, por exemplo, nascimentos, casamentos, iniciações, com a ingênua pretensão de obter informações sobre aquela etnia, aquela parte do mundo, aquele momento da vida, com a pretensão de alcançar a verdade *do outro e sobre o outro*. Muito cedo percebemos o deslizamento que se verifica nessas escutas fascinantes, em que somos capturados na certeza ilusória de compreender o outro. Nessa posição, que podemos definir de «saber sobre o outro», a descrição que se pede para os que vieram de longe produz o efeito de que eles *mostram* o que nunca diriam na presença de conterrâneos, o dizem, provavelmente, porque quem escuta é estrangeiro e quem é estrangeiro, sabe-se, não pode compreender tudo.

Fixar o discurso do outro em um *saber sobre o outro* produz um «conhecimento» enganoso, que desvia. As informações recebidas muitas vezes são solicitadas por informações prévias do operador, que ele adquiriu mediante leituras ou

escuta de outras pessoas, mas que acabam sendo aprisionadas, ainda uma vez, em um olhar estereotipado. O discurso *sobre o outro*, sai da relação de cuidado para se colocar em um tempo muito longe e em um lugar sem terra. Nas palavras de Todorov (1984), não se encontra o outro, mas o que dele se quer confirmar. O que se encontra e o que o outro diz está coberto das construções já possuídas *sobre* aquela cultura, *sobre* aquela etnia, como se «cultura» fosse algo igual para todos os que pertencem a um grupo étnico, independentemente do tempo e do espaço, ainda que as línguas para dizê-la e fazê-la estejam em constante transformação (CUCHE, 2003). Onde tempo e espaço, experiência e lugar não têm voz própria, mas unicamente o fim de responder às perguntas e satisfazer a vontade de saber sobre o outro, no interior de uma relação assimétrica, contribui-se a *conquistar* o outro, adicionando informações já possuídas e compondo retratos que são essencialmente nossos, mas que pensamos ser dele (TODOROV, 1984). Essa posição perpetua a obra «colonialista» com uma única diferença a respeito do colonialismo tradicional: não se realiza em um lugar longe, nas terras que geralmente se colocam no Sul do mundo, mas nos países de imigração e nos serviços que se mascaram de acolhida e ajuda. O resultado não muda: rouba-se, erodem-se as formas do sagrado, do segredo e das raízes vitais de quem está ao nosso lado e provém de outras terras.

3.2 SE O OUTRO É "FALTANTE"

No lado oposto, constrói-se um *tratamento igual*, considerado talvez a forma melhor para lidar com o peso emotivo da excessiva diversidade. É verdade, de fato, que colocar o outro que vem de longe na dimensão jurídica do *igual* oferece segurança. Age-se, em virtude do valor da *igualdade*, como com qualquer pessoa. Um indistinto qualquer, que acaba se tornando um substantivo-adjetivo praticável somente com os *outros*, que, ao final, são «não como nós» (STENGERS, 2003). Como consequência, nas instituições se favorece a difusão de um sentido de indiferença, que acompanha uma resposta não adequada com os outros vindos de longe. Em uma lógica de igualdade (de diretos, deveres, práticas), perde-se a possibilidade de individualizar percursos particulares de ajuda e, com o tempo, as problemáticas voltam a se apresentar em uma forma mais pesada, não sendo acolhidas e compreendidas em uma perspectiva de cuidado e de acompanhamento educativo, capaz de modificar as iniciais situações de sofrimento.

A forma da relação que resulta dessa posição é dúplice. Por um lado, ela suscita um sentido de in-diferença. Por outro lado, à luz da mal ocultada «não paridade» do outro se produz o retorno de uma *desigualdade*, que paradoxalmente conduz a uma relação em que se insinua o pensamento da *falta*. O *sentimento de falta* é pensado a respeito dos serviços e das práticas dos profissionais, mas, mais frequentemente, a respeito das famílias migrantes. Logo, a *falta* se traduz em *distância* entre profissionais e famílias e, quando a distância se torna muito grande, chega-se à impossibilidade de sentir, ouvir e ver.

Desse modo, se afirma uma única atitude e comportamento: preencher o outro e a outra, para que a desigualdade se extinga e o outro se torne «igual a». Dessa forma, observa-se o que está faltando ao outro: a roupa, a comida, uma maneira de se mover, uma maneira de cuidar dos próprios filhos e assim por diante. A falta constrói o *de menos* do outro e o *de mais* de quem olha. O paradigma da igualdade impede o acolhimento dos nossos confins e os do outro, de uma língua e da outra e até da existência das diferenças, e alimenta a expansão e a afirmação de quem é mais forte. Ele esconde o dado real: o fato de que as diferenças não se podem *ver* imediatamente. As diferenças, de fato, requerem um exercício do olhar e do sentir, para que não sejam pensadas como diferenças *entre*, como variáveis que intervêm no interior de um único modo de pensar o ser humano, os seus saberes e as suas maneiras de viver. As diferenças devem ser pensadas como constitutivas das mulheres, dos homens, das pessoas outras de nós e não «diferentes de nós». Considero esse um primeiro exercício: conhecer o nosso ponto de vista e o lugar a partir do qual olhamos, ficar na parcialidade e na separação e não em um imediato desejo de paridade e igualdade.

3.3 UMA SEMELHANÇA QUE SACRIFICA AS DIFERENÇAS

Uma terceira posição consiste em reconhecer as semelhanças entre autóctones e migrantes, por exemplo, a respeito de alguns aspectos do caráter, das emoções ou dos eventos da vida. Dessa forma, abre-se o paradigma da *semelhança*. No trabalho com as pessoas migrantes, sobretudo, nos grupos que criamos junto às mulheres e às famílias, muitas vezes experiências, narrativas, orações e até objetos da vida doméstica foram percebidos como semelhantes. Existia como uma tensão em todos nós ao se *assemelhar*, tensão necessária para estabelecer laços e relações afetivas. De imediato, essa é a parte da relação que nos gratifica, que nos proporciona segurança e nos satisfaz, porque por meio dela confirmamos uma parte de nós, nos «re-conhecemos». Trata-se da maneira com que os seres humanos geralmente se relacionam com o novo, com o que não conhecem ainda. Em muitas ocasiões as semelhanças de vida familiar, de preparação de comidas, de educação dos filhos eram colocadas pelas autóctones em um tempo passado. Todavia, sair do presente e da sincronia das relações e voltar ao passado de uma, duas ou três gerações traça uma semelhança, mas na realidade quebra uma relação e sublinha um atraso da outra e do outro. Assim, a vida do outro é reduzida ao atraso de modo a nunca caber no *nosso* presente.

Graças ao trabalho de análise, foi possível evidenciar que essa posição nega a possibilidade de ver a existência e criar um campo teórico e prático diferente do que já conhecemos. Quando essa negação se manifesta no trabalho social, educativo e psicológico, somos impossibilitados de reconectar o nosso caminho com quem é migrante ou filho(a) de mães e pais migrantes. Também no paradigma da semelhança as narrativas do migrante são solicitadas e viciadas pela fantasia de se

poder compreendê-las à luz de supostas semelhanças. As narrativas não são interrogadas, porque a referência principal não é o outro, mas nós mesmos e o que do outro sabemos reconhecer, decodificar, sentir e identificar como semelhante. Achar esse tipo de semelhanças sacrifica as diferenças.

Se o nosso olhar é educado para sentir e ver a relação de cuidado com uma mulher ou uma família que vêm de lugares para nós desconhecidos, abre-se a possibilidade de explorar os nossos territórios interiores, onde não poderíamos ir e que não poderíamos dizer. Essa possibilidade de reorientar o sentir e o ver não oferece tranquilidade, ao contrário, desestabiliza, sobretudo, requer que se disponha à relação consigo e com o outro, repensando-a a respeito do que se aprende ao longo do tempo e da formação.

4 DIANTE DO INCOGNOSCÍVEL DO OUTRO

O desejo de *traduzir* tudo e rapidamente para tornar mais imediata e fácil a comunicação é uma aspiração que acomete os três modelos de relação anteriormente considerados. Há mais de 10 anos, no começo da nossa experiência, acreditávamos que traduzir e comunicar, passando de uma língua para outra, fosse possível também no nosso trabalho diário, então inconscientes da irredutibilidade dos sistemas linguísticos. Sibille de Pury (1998) evidencia que quanto mais complexos são os aspectos das relações, porque nelas estão envolvidos atores procedentes de línguas e mundos distantes entre si, menos frequentes são as interrupções feitas durante as traduções com a intenção de esclarecer palavras e conceitos. De fato, quanto maior é a distância entre os mundos representados, menos se reconhecem as diversidades e, então, menos se interrompe a comunicação com o objetivo de perseguir um efêmero objetivo: traduzir para compreender melhor as mensagens trocadas. Na realidade, quanto mais a passagem de uma língua para outra acontece com facilidade, quanto mais se *comunica* entre línguas diferentes, menos se compreende. E isso é um choque cultural para os profissionais. Se o acolhemos, podemos ver as nossas posições mais profundas, aquelas que nos *construíram* e, talvez, dessa forma, podemos ver alguma coisa de nós que nunca tínhamos visto.

Os migrantes, comprometidos na interação com regras diferentes, com outros idiomas e valores, atravessam experiências mais ou menos bem-sucedidas de inserção e enraizamento na terra estrangeira; os sofrimentos e as psicopatologias que vivenciam às vezes expressam as suas dificuldades e as dos seus filhos. Cada profissional, normalmente, acredita ser preparado para acolher o outro e, talvez, por isso, o choque cultural tem sempre a característica do imprevisível e de algo que se parece a um *embate*. De imediato e por alguns instantes, quando nos deparamos com alguma coisa desconhecida, percebemos que existe algo de imperceptível e incognoscível. Na frente do incognoscível do outro, nos nossos pensamentos se realiza como que um curto-circuito, uma espécie de desnorreamento. Se prestamos atenção, enxergamos um movimento parecido ao jogo de dominó: uma depois

da outra, peças pacientemente colocadas em fila, caem. Assim, o sentimento de choque se traduz na sensação física da desorientação, de não se achar mais na sua terra e no seu espaço. É alguma coisa difícil de suportar, que apagamos imediatamente. A reação é *eliminar* o que está estorvando para que a *luz* do nosso saber volte a iluminar a cena e a proporcionar respostas. O nosso saber é percebido como que em perigo: perigo de morte. O sentimento gratificante de re-conhecer algo nosso no outro muitas vezes afasta a experiência de *desorientação* e nos leva a optar para o que é semelhante.

Diante da desorientação dos autóctones ou dos filhos de migrantes – por exemplo, a causa da ruptura entre o mundo da sua família e o mundo do país onde se mora, onde se vai à escola e se brinca – ambas as partes adotam, muitas vezes, estratégias para não observarem também a si mesmas e para se tornarem, de formas diferentes, inobservadas. Amadurecem indiferenças e desconfianças, que evoluem em muitos tipos de discursos sem voz e em muitas maneiras de se tornar surdos aos sons da vida. Mas a desorientação pode ser também um terreno fértil se promover a necessidade e o desejo de parar, voltar a ouvir, voltar a olhar os próprios passos, retomar os próprios confins e as próprias interrogações. Então, quais *diretrizes* podemos enxergar para não respondermos às perguntas que colocamos no começo com as palavras que já conhecemos? Como nos deslocar daquelas maneiras de estar no mundo, que até quando são motivadas pelo «bom senso», levam a um embate entre culturas e a um pensamento único, ocidental, que silencia os discursos e as ações do outro? Qual posição do profissional permite ao outro e à outra existir nas suas diferenças e não porque é «diferente de mim»? Qual é o encontro que não pratica reduções?

5 EXERCÍCIOS DE DESLOCAMENTO

Se retomarmos as perguntas colocadas no começo e as olharmos de fora, as dificuldades de um adolescente filho de migrantes, os conflitos de um casal *mandeng* e assim por diante, podem ser lidos como problemas educativos, sociais, relacionais e clínicos normais, todos reconduzíveis a pedidos e significados que já conhecemos e para os quais foram formados. Podemos nos contentar, como falei antes, com o que já conhecemos e reconduzir ao interior dos nossos saberes o que resulta estranho ou fora do lugar, para construir percursos educativos e de cuidado. Ou também, quando nos confrontamos com quem vem de longe, cresceu e cresce em línguas diferentes das nossas, podemos ouvir nossa *desorientação* de profissionais. Acolher o sentimento de desorientação significa aceitar o curto-circuito, o choque, e trabalhar para alcançar uma *posição deslocada* das nossas categorias preordenadas. De imediato, esse movimento pode gerar o sentido de uma perda; na realidade ele se torna ganho e transformação, como acontece na vida depois de uma real elaboração das perdas. Se dermos valor e rigor ao nosso sentir, é um movimento necessário. O que não se conhece do outro que veio de longe entra

no jogo do trabalho de cuidado como «desconhecido». E fica desconhecido. Por meio de uma formação específica é possível alcançar essa posição deslocada. Ela permite buscar «outro ponto de vista» para que as palavras de quem vem de longe achem «contextos significantes» para quem as enuncia e para os profissionais, que têm a tarefa de cuidar do outro. O trabalho de formação a ser realizado consiste em educar o sentir e o ver para um deslocamento que permite descartar as coincidências e não considerar óbvias as conexões que conhecemos (BUTTARELLI, 2007). É um movimento necessário, se no trabalho do cuidado com as pessoas migrantes se deseja achar outro ponto de vista para pensar e agir, aceitando ficar do lado das contradições, das mudanças, das diversidades e das diferenças. Deslocar-se não coincide com ir além do limite do nosso espaço: ao contrário, se somos capazes de estar nos nossos confins, de ver as nossas formas, então o limite desvela um código de comportamento, devolve os fundamentos das relações e revela onde estamos, quando olhamos, vemos e sentimos. Permite-nos achar o confim-limite nosso e do outro. É necessário aprender a agir em uma outra frente, isto é, o espaço da fronteira, lugar de passagem de muitos olhares e línguas.

6 OS ENREDOS DAS MEDIAÇÕES

A partir de uma lógica de fronteira, no trabalho de cuidado, a passagem de olhares e línguas conduz às diversas práticas de *mediação*: mediação linguística, cultural e etnoclínica (BENEDUCE, 2007). A mediação com os migrantes, nos diferentes contextos de cuidado, é uma prática da relação que possibilita estar nas assimetrias (disciplinas oficiais-saberes, construções culturais e educacionais diferentes, sintomas, sofrimento, etc.), não para regulá-las segundo a lógica de quem tem mais poder, mas para que os profissionais possam entrever *outros confins* e, a partir disso, com os migrantes, abrir espaços de cuidado.

6.1 UMA MEDIAÇÃO PARA TER VOZ

Quando se trata de acompanhar quem vem de outro país, a relação de mediação se complica, não somente porque a relação dual entre profissional e usuário se torna triádica pela presença de uma terceira pessoa, o mediador, mas também porque existe uma outra língua, que contribui para modificar a topografia da relação. Em consequência, quando as línguas dos atores são diferentes, o mapa do encontro com o outro deve ser reestruturado. Afirmar isso significa que, com base na nova topografia, é preciso nos dotar de métodos e instrumentos úteis para delinear as posições dos atores na relação e as suas funções, para que as diferenças presentes tenham lugar e para que elas falem a partir delas e do seu grupo de pertença. Não é a presença da terceira pessoa, o mediador, para quem damos a tarefa de traduzir, que define a carta topográfica de uma relação entre mundos diferentes, mas o *como* se constroem os enredos comunicativos, que permitem que diferentes

pontos de vista possam circular para as decisões necessárias ao percurso educativo, socio-sanitário ou de cura. O trabalho de mediação é epistemológico e deve ser dotado de processos de pesquisa adequados a essa nova topografia da relação. Para nos orientar nessa mudança topográfica, é preciso equipar o profissional de algumas técnicas, dependendo do contexto em que se opera na qualidade de professores, assistentes sociais, psicólogos, médicos e assim por diante. Por *técnicas* se entende tanto o aspecto concreto do trabalho – as perguntas, as posições, os tempos – quanto o aspecto de arte, que essa palavra leva consigo; isto é, a maneira subjetiva como se usam os instrumentos do trabalho – os próprios mediadores, os profissionais e as línguas. Assim entendido, o objetivo do trabalho de mediação não é conectar os diferentes significados que cada pessoa leva consigo para achar um único ponto de vista: ele não requer um trabalho *entre* as culturas e as pessoas que a elas pertencem. Ao contrário, existe uma particular atenção para que as culturas presentes ter voz e obter informações reciprocamente, mantendo nesse momento uma separação entre si. A partir da consideração que o mapa não é o território, mas apenas uma representação que permite concordar ações possíveis e decisões aproximativas, é preciso que cada profissional permaneça vigilante ao lado das suas dúvidas, das suas desorientações e do que acontece quando está «no real» da relação com o outro.

Para poder ficar perto do real, é necessário construir um «pensamento da experiência». Ele, como «narrativa de transformação», permite entrever as passagens processuais do nosso agir, úteis para torná-lo uma prática, isto é, algo que pode ser conscientemente reproduzido (BUTTARELLI; GIARDINI, 2008).

7 PERMITIR QUE NA PALAVRA SE MANIFESTE O QUE É CONSIDERADO ÓBVIO

A partir da ancoragem na Língua Materna, emerge com força a função da língua. A língua é um sistema que contribui para fabricar e modificar a natureza do mundo; o mundo e os seres humanos são modificados pela língua (NATHAN, 2001). Traduzir de uma língua para outra implica uma preparação adequada por parte de quem conhece as línguas. A precisão na transposição de significados é uma habilidade necessária na mediação, já que não é possível realizar uma tradução palavra por palavra: as línguas, de fato, não têm uma natureza correspondente umas às outras. A língua é o mundo simbólico que deve ser trabalhado, para que se manifeste na palavra o que nós e o outro que vem de longe consideramos já dado ou óbvio. Dizer *sonho*, *casamento*, *álcool*, *ser tocado* não pode ser reconduzido a algo imediatamente transponível de uma língua para a outra. Sybille de Pury (2008), várias vezes, sublinha que não é possível uma compreensão recíproca quando se faz uma «tradução palavra por palavra». Escreve “[...] a tradução nos introduziu num mundo onde reinava o paradoxo: onde quanto mais as coisas se tornavam complexas e longínquas, menos elas fixavam palavras no nosso encontro.” (PURY, 1998, p. 27). Se considerarmos que, como sustenta Vygotsky e, no âmbito etnopsiquiátrico, Nathan (2001), a língua nos

fabrica como pessoas, grupos e famílias, torna-se necessário, no interior da mediação, considerá-la como um objeto e sujeito da mediação. Não se trata de traduzir uma palavra, mas de considerar uma língua-estrutura que faz existir os mundos, para que eles sejam operantes na construção de percursos de educação e cura.

8 CONCLUSÃO

Concluindo, podemos afirmar que o trabalho de cuidado com as pessoas migrantes é um *lugar* de encontro particular. O sinal «-» expressa encontro e choque, lonjura e convite, separação e busca de significados, fascinante e dramático, curto-circuito e desejo de achar, deslocar-se e sentir, ver e se ver. Na raiz do encontro com o outro existe a pergunta sobre como conhecemos o mundo, ou melhor, como pensamos conhecê-lo. Nesta pergunta, antiga como a vida dos seres humanos, existe uma aposta inédita: estar nas relações a partir das diferenças. Graças ao encontro com quem vem de longe, podemos delinear uma nova topografia da relação, que convida a uma maneira peculiar de ver e pensar a relação. Nesse sentido, a mediação pode ser entendida como uma estratégia intencional que se coloca no interior de uma topografia da relação do encontro entre sujeitos e grupos. Para quem conduz a mediação é requerida uma postura do olhar e da palavra que busca não o que do outro ainda não é conhecido, mas as formas como o incognoscível pode agir sem ser traído. A mediação se ativa a partir de situações de conflito, sofrimento, dificuldade: nela várias línguas e vários grupos são convocados a operar seus saberes, com a finalidade de criar um lugar de palavra que permita às diferenças se dizerem e modificarem as situações iniciais.

O convite é mudar a pergunta: *o que é essa coisa para como conheço essa coisa*, isto é, desistir da vontade de querer conhecer quem é o outro e buscar as modalidades do encontro com o outro; não entrar no lugar da posse para se roubar alguma coisa *sobre* o outro, mas retomar os próprios confins, para redesenhar os mapas que nos guiam no encontro conosco e com quem vem de longe. Pensar as práticas e os instrumentos de trabalho com quem vem de longe significa criar um lugar de encontro, no qual a elaboração cooperativa do conhecimento derruba as barreiras especialistas e valoriza o conflito ativo, que proporciona cor à vida em contraste com a zona cinza da uniformidade, das pertenças (cristalizadas) e da homologiação (LONGOBARDI; CONSENTINO, 2007).

Ridisegnare le mappe dell'incontro: lavoro di cura con i migrante

Riassunto

L'articolo riprende un percorso di ricerca, che ha coinvolto diversi gruppi di professionisti e la scrivente in quanto pedagoga e ricercatrice, iniziato più di dieci anni fa in un territorio del Nord dell'Italia, con l'obbiettivo di creare nuovi dispositivi nel lavoro in ambito sociale e psicopedagogico con i migranti. Grazie alla riflessione, all'ascolto

dell'esperienza, alla formazione continua e alla rielaborazione durante il processo insieme a chi quotidianamente è impegnato nell'operatività, è stato possibile riconoscere lo sguardo con il quale si osservano gli altri e le altre che vengono da lontano e comprendere che le forme delle difficoltà, che le famiglie, le donne e gli uomini che vengono da lontano presentano, riflettono inevitabilmente il modo di vederli, i sistemi di analisi e di attribuzione di senso e di significato delle istituzioni educative, sanitarie del paese di migrazione e dei loro professionisti. Ogni operatore, normalmente, pensa di essere preparato ad accogliere l'altro e forse per questo lo shock culturale ha sempre la caratteristica dell'imprevisto e di qualcosa che assomiglia ad uno scontro. Ma il disorientamento può essere un terreno fertile, se promuove la necessità e il Desiderio di fermarsi, tornare ad ascoltare, tornare a guardare i propri passi, riprendere i propri confini e le proprie interrogazioni.

Parole-chiave: Modelli di relazione. Pensiero dell'esperienza. In-contro. Lingue. Mediazione.

Nota explicativa:

¹ Maria Teresa Muraca é a tradutora do artigo; Doutoranda em cotutela entre a Universidade de Verona, Itália e a Universidade Federal de Santa Catarina; mariateresa.muraca@univr.it

REFERÊNCIAS

BALSAMO, Franca. **Famiglie di migrante**. Roma: Carocci, 2003.

BENEDUCE, Roberto. **Etnopsichiatria**: sofferenza mentale e alterità tra storia, dominio e cultura. Roma: Carocci, 2007.

BUTTARELLI, Anna Rosa; GIARDINI, Federica (Org.). **Il pensiero dell'esperienza**. Milano: Baldini Castoldi Dalai, 2008.

BUTTARELLI, Anna Rosa. Política dell'altro mondo. In: SEMINÁRIO LÁ LINGUA MATERNA DÀ ACCESSO IMMEDIATO ALL'AUTENTICA SFERA DELLA REALTÀ MA ANCHE ALLA FOLLIA, 1., 2007, Verona. **Annali...** Verona, 2007.

CIMA, Rosanna. **Abitare le diversità, pratiche di mediazione culturale**: un percorso fra territorio e istituzioni. Roma: Carocci, 2005.

CASSANO, Franco. **Il pensiero meridiano**. Roma: Laterza, 1996.

CUCHE, Denys. **La nozione di cultura nelle scienze social**. Bologna: il Mulino, 2003.

DE PURY, Sybille, **Traité du malentendu**: théorie et pratique de la médiation interculturelle en situation clinique. Le Plessis-Robinson : Institut Synthélabo, 1998.

LONGOBARDI, Giannina; COSENTINO, Vita. La libera università dell'incontro. In: SEMINARIO UM PIATTO DI RISO, 2., 2007, Verona. **Annali...** Verona, 2007.

MORIN, Edgar. **La conoscenza della conoscenza**. Milano: Feltrinelli, 1989.

MORTARI, Luigina. **Apprendere dall'esperienza**: il pensare riflessivo nella formazione. Roma: Carocci, 2003.

NATHAN, Tobie. **L'influence qui guérit**. Paris: Odile Jacob 2001.

NATAHAN, Tobie; STENGERS, Isabelle. **Medici e stregoni**. Torino: Bollati Boringhieri, 1996.

PIUSSI, Anna Maria (Org.). **Paesaggi e figure della formazione nella creazione sociale**. Roma: Carocci, 2006.

STENGERS, Isabelle. Introduzione. In: NATHAN, Tobie. **Non siamo soli al mondo**. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.

TODOROV, Tzevetan. **La conquista dell'America**. Il problema dell'«altro». Torino: Einaudi, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Il processo cognitivo**. Torino: Bollati Boringhieri, 1987.